



# Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance, É doutor em economia pela USP



## O papel do dólar e o erro de diagnóstico de Trump

Déficits dos Estados Unidos são a contrapartida do elevado crescimento da produtividade

Um dos pilares do diagnóstico que sustenta a trumpnomics é que o papel dos EUA na emissão dos títulos de dívida soberana, que são vistos pelos investidores internacionais como porto seguro, tem sido muito custoso para a indústria manufatureira americana. Em razão da demanda cativa pelos títulos da dívida soberana americana, o câmbio, em equilíbrio, seria anormalmente valorizado. A consequência seria uma dificuldade na competitividade da indústria manufatureira.

De fato, nos últimos 15 anos a média dos déficits da balança comercial de bens foi de 4,3% do PIB. Somente em bens duráveis, o déficit, para a média dos últimos 15 anos, foi de 2,9% do PIB. Poderia parecer que o consultor de

Trump para Comércio e Indústria, Peter Navarro, tem razão. Não é o caso.

A balança de comércio de serviços é superavitária em 1,2% do PIB, e a balança de rendas, que consolida juros e dividendos, é superavitária em 1,1% do PIB. Quando consolidamos o resultado das transações entre residentes e não residentes, temos um déficit de 2,7% do PIB. Sempre considerando a média do saldo anual para os últimos 15 anos.

Mas o que sustenta um déficit permanente na casa de 2,7% do PIB? Por que as forças de mercado não fazem com que o déficit desapareça? Segundo os membros da equipe econômica de Trump, esse desequilíbrio deve-se ao papel especial dos EUA de emitir o

título de dívida soberana mais seguro do mundo. Como vimos no segundo parágrafo, a indústria de transformação seria a grande perdedora.

A análise da equipe econômica não está correta. Nas últimas décadas, os EUA têm perdido esse papel especial. Basta observar que os juros nos EUA são superiores aos da Europa, do Reino Unido, do Japão e da China. Adicionalmente, se um investidor comprar um título de dívida do Tesouro francês, por exemplo, e no vencimento do contrato converter em dólares nos EUA, não ganhará mais do que investir em títulos do Tesouro americano. Entre os países do G10, é satisfeita a paridade coberta da taxa de juros. Não há nada muito especial com

os títulos do Tesouro americano, que hoje já se financia com juros maiores do que a Grécia.

Por que motivo a economia americana apresenta juros elevados em comparação aos demais países do G10? Simplesmente porque a taxa de crescimento da produtividade do trabalho é maior. E, adicionalmente, os EUA apresentam a melhor demografia entre os países ricos. O maior crescimento justifica o déficit de 2,7% do PIB. A Austrália é um caso análogo com déficits externos médios, nas últimas quatro décadas, ainda maiores.

Os déficits de 4,3% do PIB na balança comercial de bens são um lado da moeda cujo outro lado tem: o maior crescimento, que justifica um déficit externo

de 2,7% do PIB; o saldo positivo na balança comercial de serviços; e o saldo positivo da balança de rendas. Ou seja, os elevados déficits na balança comercial de bens são a contrapartida do elevado crescimento da produtividade, da demografia favorável, das vantagens comparativas nos serviços de elevada tecnologia, consequência do Vale do Silício, e, finalmente, da vantagem comparativa de Wall Street na intermediação financeira do mundo, que gera o balanço de rendas superavitário.

Talvez as desastrosas medidas de Trump consigam fazer dos EUA uma região de baixo crescimento, como é o caso da União Europeia e do Reino Unido, e, com isso, reduzir o déficit da balança de mercadorias.



Quem tem conta empresarial  
Banrisul agora tem limite turbinado  
do cartão Banricompras Empresas.



## Governo federal estuda aumentar limite para Microempreendedor Individual, diz ministro

/ GOVERNO FEDERAL

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda aumentar o limite anual do Microempreendedor Individual (MEI). A informação é do ministro Márcio França, do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Segundo ele, não há uma proposta fechada ainda, mas já há o consenso de que o valor do faturamento do ano, hoje em R\$ 81 mil, precisa subir. A ideia que mais agrada ao Planalto - e em especial ao Ministério da Fazenda -, diz França, é a criação de uma tabela progressiva que tenha como base o percentual de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“A gente sabe que, passados dez anos, evidentemente, o valor ficou desatualizado”, afirmou à reportagem, em entrevista após evento do qual participou na segunda-feira, na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT), região central da capital paulista.

“O problema (reajuste anual

do MEI) é que isso implica na Previdência. Então nós temos tentado argumentar de fazer uma escada, aonde, por exemplo, aquilo que ultrapassar os R\$ 81 mil, só a diferença, você remuneraria por outra alíquota, como acontece no Imposto de Renda.”

O ministro acredita que alguma mudança ocorrerá já neste ano, em virtude da aprovação da reforma tributária, promulgada em dezembro de 2023 pelo Congresso Nacional, mas que precisa de regulamentação.

A alteração no MEI seria necessária por conta da união de impostos na simplificação do sistema de tributos após a reforma, que trará apenas uma guia de pagamentos - o MEI hoje já tem sistema simplificado -, unindo Imposto sobre Serviços (ISS) e outros impostos.

“Nós vamos ter que ter alguma medida, porque durante esse ano todo, com a aprovação da reforma tributária, isso vai ser necessário. Alguma alteração em todos esses números, que hoje são fixos, tem que acontecer.”

O MEI contribui com 5% sobre o salário mínimo, de R\$ 1.518 neste ano, para garantir benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença e pensão por morte. Há ainda a incidência de outros impostos, conforme o tipo de atividade.

Em 2025, a contribuição mensal do microempreendedor está em R\$ 75,90 mais imposto conforme a atividade. Caminhoneiros têm MEI específico, que está em R\$ 182,16 no ano. Enquadram-se como MEIs empreendedores cujo limite de faturamento por ano é de até R\$ 81 mil.

O deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos-PE), presidente da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas, quer aproveitar a mudança na mesa diretora da Câmara para propor a alteração.

O projeto defendido por ele é o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108, de 2021, do senador Jayme Coutinho (União-MT), que propõe aumentar o limite para R\$ 130 mil anuais.

“Listado como prioridade na agenda legislativa da frente e do Sebrae em 2025, esse PLP também prevê a possibilidade do MEI contratar até dois empregados, estimulando o aumento na geração de novas vagas de trabalho formalizado”, diz Coutinho.

Há ainda outros projetos, um deles para a criação do “Super MEI”, que elevaria o limite anual para R\$ 140 mil. Outras propostas, segundo o deputado, preveem elevação para R\$ 108 mil, na tentativa

de diminuir o impacto da inflação, que de 2011 -ano em que o limite do MEI foi reajustado- até 2025 foi de 122%, segundo calculadora do Banco Central.

Com base no INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que reajusta os salários no país, o limite anual do MEI deveria estar em R\$ 179,8 mil.

Os dados apontam para um total de 16,5 milhões de MEIs no País. A maioria deles é mulher.



Valor do faturamento anual do MEI, atualmente, é de R\$ 81 mil